

O ENSINO DE HISTÓRIA E A DISSEMINAÇÃO DA IDEOLOGIA DOMINANTE NA EDUCAÇÃO

Eixo: Marxismo, educação e luta de classes: desafios históricos e urgências contemporâneas

Andressa Arruda de Lima¹
Márcia Francione Sena do Nascimento²
Francisca Geise Varela Costa³

RESUMO

Este trabalho surgiu com base em estudos e pesquisas no tocante a temática abordada e pelo interesse das suas autoras em discorrer sobre o assunto proposto: ideologia, Ensino de História e Educação. A participação em eventos envolvendo a temática, também foi imprescindível para a escolha do tema. O estudo tem como foco a discussão e reflexão crítica sobre a ideologia dominante burguesa disseminada sorrateiramente por meio do Ensino de História nas escolas, para isso é definido o conceito de ideologia, especificando o seu grupo hegemônico e disseminador, ocultando dessa forma, parte da história em benefício da classe dominante em detrimento da classe dominada. A metodologia empregada para a realização desse artigo baseia-se numa pesquisa de cunho bibliográfico por meio do mapeamento da literatura de raiz marxista produzida no âmbito desta temática. Os resultados apontam que mesmo com o domínio político-ideológico, encontram-se formas de resistência realizadas por meio da criticidade dos educadores e sujeitos envolvidos na utilização das narrativas como desconstrução de paradigmas de alienação. Concluímos que o estudo é pertinente, pois se trata de um assunto atual, porém pouco discutido.

Palavras-Chave: Ideologia, Ensino de História, Classe dominante.

ABSTRACT

This work arose based in studies and research regarding the thematic discussed and by the interest of their authors discuss on the subject proposed: Ideology, History Teaching and Education. The participation in events surrounding the thematic, were also essential for the choice of theme. The study has focus on the discussion and critical reflection about bourgeois ruling ideology disseminated surreptitiously through of the Teaching of History in schools, for it is defines the concept of ideology, specifying its hegemonic group and disseminator, that way concealing part of the story for the benefit of the ruling class to the detriment of the dominated class. The methodology employed for the realization of this article is based on a

¹ Discente do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN, bolsista do Programa de Educação Tutorial-PET Pedagogia.

² Discente do curso de pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN, bolsista do Programa de Educação Tutorial- PET Pedagogia.

³ Discente do curso de pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN, bolsista do Programa de Educação Tutorial- PET Pedagogia.

research of bibliographic nature through the mapping the root of Marxist literature produced under this thematic. The results indicate that even with the ideological field, finds forms of resistance held through in the criticality of the educators and subjects involved in the utilization of narratives as paradigms of deconstruction of alienation. We conclude that the study is pertinent because it is a current issue, but little discussed.

Keywords: Ideology, Teaching of History, Ruling class.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta ao longo do texto, uma discussão crítica ao processo de nossa formação escolar em que a cultura local e nacional, foram ensinadas e disseminadas como verdades inquestionáveis, por representar uma autoridade respeitável e de referência, como valores de unidade local e nacional, representados por seus heróis e vilões.

A educação escolar de caráter sistematizado e formal tem contribuído com a mistificação desses heróis e vilões, isto é, por meio do ensino e especificamente durante as aulas de História que são contados fatos, na qual existem diversos personagens e eventos que marcaram a história, mas em meio a essa história paramos para refletir: Qual o sentido em estudar história? Será que a história oficial é verídica? Será que há outra história que ainda não ouvimos? Quem são os verdadeiros heróis e vilões? Há alguma maneira de resgatar a história dos esquecidos?

Para responder tais questionamentos, apresentaremos ao longo deste trabalho a definição de ideologia, tendo como referencial teórico Althusser (1985), que discorre sobre a ideologia da classe dominante, representada pela burguesia que são os proprietários dos meios de produção, que por meio dos chamados Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) buscam reproduzir o modo de produção capitalista, e a escola representa uma destas instituições reprodutoras da ideologia bem como dos valores burgueses, isto é, por meio da coerção ideológica difundida nesse espaço. Também é utilizado como referência Glezer (1991), que de forma crítica procura refletir sobre o Ensino de História como construção e desconstrução de mitos e verdades.

Em seguida será apresentado um breve histórico do Ensino de História no Brasil, destacando alguns pontos para o exercício da reflexão. Concluiremos este trabalho refletindo sobre utilização das narrativas como desconstrução de paradigmas para a construção de uma nova História.

A metodologia utilizada baseia-se por meio de pesquisas bibliográficas de pensamento marxista no tocante a educação, também foram utilizadas, matérias e noticiários publicados na internet como fontes de pesquisas, no âmbito da temática.

O QUE É IDEOLOGIA E DE QUE IDEOLOGIA SE FALA?

Inicialmente enfatizamos que o conceito de ideologia varia de acordo com a concepção dos sujeitos, com a visão de mundo destes, entretanto tal ideologia muitas vezes já é algo estabelecido por meio de um conjunto de ideias pertencentes a um grupo ou uma sociedade, logo, até mesmo à ideologia de vida do ser humano está indiretamente ligada a outrora, embora na maioria das vezes não percebamos.

O termo ideologia possui diferentes significados. Conforme, o senso comum o termo designa um ideal, sendo compostas por um conjunto de ideias, doutrinas, da visão de mundo dos sujeitos ou de um grupo, em que são orientados para suas ações sociais e, principalmente, políticas. Esta também é vista como sonho, ilusão e nada mais, concebida desse modo como uma construção imaginária. Contudo, nos deteremos neste trabalho a uma concepção crítica da ideologia utilizada por vários autores dentre eles Althusser em que esta é considerada um instrumento de dominação que age por meio de persuasão, convencimento, não havendo força física, contudo, alienando a consciência humana.

Assim toda instituição cria suas regras, normas, doutrinas que devem ser seguidas, essas instituições funcionam por meio de uma ideologia e são denominadas por Althusser de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), podendo ser (jurídico, escolar, religioso, político, dentre outros) tendo em vista, que estas dizem respeito a um grupo hegemônico e disseminador, a burguesia. Conforme Althusser (1985) o discurso é uma forma de materializar a ideologia exercida pelos aparelhos de estado, por meio da exposição de suas ideias proferidas a um grupo de indivíduos, essas instituições vão afirmando e reafirmando seu poder de persuasão.

Althusser (1985) argumenta também que para se pensar sobre a ideologia, é necessário entender a sua função materializada na prática social das instituições, tais ideologias existem no interior dos diferentes Aparelhos Ideológicos e em suas respectivas ações, denotando o caráter desta, César(2014, p.1):

[...] as ideologias devem ser pensadas a partir de suas viabilizações reais: uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas, existência esta sempre material. Os sujeitos humanos só existem materialmente, suas ideias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais. Estes rituais, por sua vez, são definidos pelo aparelho ideológico de Estado (AIE) material de onde provém as ideias do dito sujeito.

Discorrendo sobre esse pensamento, o autor é incisivo em afirmar que os sujeitos subjetivamente carregam traços da ideologia dominante em suas condições de existência, suas ideias e em suas práticas sociais que são reguladas por rituais materiais, que são definidos pelos Aparelhos Ideológicos de Estado.

A ideologia está impregnada nas ações, convenções sociais, na cultura, modos de agir e de pensar de um determinado povo, como ideais a serem seguidos como a mais sublime e correta forma a ser seguida e respeitada. Ela é diversa e plural e uma das mais comuns são as de caráter político-econômica, que está atrelada a ação social dos indivíduos na estrutura e modos de produção ao longo dos séculos, havendo alguma ideologia dominante.

O ENSINO DE HISTÓRIA AO LONGO DO TEMPO

A educação brasileira ao longo dos séculos buscou formar sujeitos de acordo com as reais condições de existência de seu tempo, por meio de um ensino homogeneizador e fossilizado, que buscasse transmitir saberes construídos em favor do *status quo* da manutenção da ordem vigente. Merecendo destaque o Ensino de História como disseminador dos valores e conceitos embasados aos moldes da classe dominante e aos seus interesses de dominação e controle social.

Ao longo da história brasileira o Ensino de História sofreu diversas transformações com o intuito de atender as demandas da sociedade de seu tempo e as diversas situações existentes, em benefício da ideologia dominante, por um poder hegemônico exercido pela burguesia, perpassando o poder econômico e adentrando nos diversos espaços sociais e institucionais, dentre elas, a escola, local propício para a disseminação do saber e inculcação de ideias facilmente absorvidas pelos educandos, tornando-os sujeitos passivos e alienados. Brandão (2002, p.78):

A ideia de que a educação não serve apenas à sociedade, ou à pessoa na sociedade, mas à mudança social e à formação consequente de sujeitos e

agentes na/da mudança social, pode não estar escrita de maneira direta nas “leis do ensino”. Afinal, as leis quase sempre são escritas por quem pensa que nem elas nem o mundo vão mudar um dia.

O Ensino de História deve ser direcionado aos alunos de modo reflexivo, os fatos históricos devem ser problematizados e discutidos em rodas de conversas, onde os alunos possam expressar suas opiniões e entender o sentido em estudar história e quais as contribuições desta para a sua vida. Brandão (2002) deixa explícito em sua fala o objetivo da educação, formar agentes transformadores do meio social, essa ação transformadora é gerada a partir do ato de refletir.

O Ensino de História no Brasil atravessou por dois momentos culminantes, o primeiro deu-se no início da primeira metade do século XIX, quando este é introduzido no currículo escolar, oportunizando o estudo da história nacional cujo propósito é criar uma genealogia da nação, referindo ao contexto político dessa época que, ou seja, período pós-independência do país. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de História-PCN (1997, p.19): “Após a Independência, com a preocupação de criar uma genealogia da nação, elaborou-se uma história nacional, baseada em uma matriz europeia e a partir de pressupostos eurocêntricos”.

O segundo momento foi marcado por um nacionalismo extremado, dado o contexto histórico que a época proporcionava como a crescente industrialização que o país atravessava, isto nas décadas de 30 e 40. Foi nesse período que foram criadas as faculdades de Filosofia, cujo interesse era a formação de professores e pesquisadores qualificados para a produção de conhecimentos científicos e culturais, promovendo a produção de conhecimentos mais autônomos.

O Ensino de História como caráter obrigatório no currículo escolar surgiu com a fundação do Colégio Pedro II em 1837 no estado do Rio de Janeiro-RJ, que teve inspiração nas ideias e no modelo francês no tocante aos estudos literários de caráter humanístico, porém destinado à formação dos proprietários dos meios de produção e também dos donos de escravos, entendendo que era uma formação para a dominação.

Houve um período em que o Ensino de História estava atrelado a História do sagrado, unindo a historicidade civil brasileira, a qual, estas compactuavam na formação moral dos alunos, trazendo para as discussões exemplos de heróis da pátria e os mártires cristãos, os quais deveriam ser seguidos e imitados como bons exemplos de conduta e de virtude. Bittencourt (2009,p.62):

[...] O ensino da História Sagrada fazia parte da doutrina religiosa e era mais difundido do que o da História profana ou laica, permanecendo nos planos de estudos de muitas escolas públicas, mesmo após o advento da República e a separação entre a Igreja Católica e Estado.

Por meio desse enlace da História sagrada e civil, podemos observar a predominância da história contada pela classe dominante, isto é, por meio dos seus diversos Aparelhos Ideológicos de Estado, dentre eles estão a Igreja e o seu poder de coerção social, homogeneizando a história e os seus fatos, em detrimento dos saberes culturais de uma classe que está à margem. Sendo estas instituições colaboradoras do ideal burguês, Engels e Marx (1932, p.78):

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes; ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo sua força espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, o que faz com que sejam a ela submetidas, ao mesmo tempo, as ideias daqueles que não possuem os meios de produção espiritual. As ideias dominantes são, pois, nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são essas as relações materiais dominantes compreendidas sob a forma de ideias; são, portanto, a manifestação das relações que transformam uma classe em classe dominante; são dessa forma, as ideias de sua dominação.

A partir do pensamento de Marx e Engels (1932) é compreendido que a ideia da classe dominante burguesa prevalece nas diversas instâncias sociais, estes afirmam que a classe que domina os meios de produção materiais também dispõe dos meios de produção espiritual, ou seja, intelectual, submetendo os não possuidores dos meios de produção a ideologia dominante, tornando-os submissos. Esse pensamento é claro, se observarmos também ao ensino educacional formal, especificamente nas disciplinas de História, em que são apresentados heróis consagrados e salvadores, estabelecendo assim uma inculcação de valores da classe dominante.

A primeira proposta de um Ensino de História, elaborada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)⁴ procurava demonstrar as contribuições do branco, do negro e do índio na formação nacional brasileira. Porém o discurso não era compatível com a prática, pois este corroborava com a hierarquização e a subordinação do negro e do Índio ao branco, resultando na ideia da supremacia da raça branca. Também o Estado era supervalorizado como o responsável pela integração do processo histórico nacional.

A hierarquização e a subordinação são características de uma sociedade dividida em classes sociais, onde existe a classe dominante e a dominada, a primeira responsável pela

⁴Criado no mesmo ano do Colégio Pedro II, produziu uma série de trabalhos que gerou consequências para o ensino da História nacional.

manutenção da ordem, isto é, por meio de seus inúmeros aparelhos de coerção, visando a dominação e obediência dos explorados, ou seja, da classe dominada. Marx e Engels (1848, p.7):

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada [...].

Esses teóricos também argumentam que a classe dominante em todas as épocas buscou dominar os destituídos dos meios de produção, por isso há ininterruptamente uma luta entre ambas as classes sociais e nesse embate encontram-se diversas formas de resistência por parte dos explorados, materializadas na luta e contestação de valores e ideias burgueses.

Após esse breve histórico abordado no decorrer do texto, podemos perceber que ao longo dos anos, apesar das modernizações e reformas curriculares no espaço escolar, esse Ensino de História anteriormente citado permaneceu ativo até os dias atuais, restando alguns resquícios pertinentes a décadas passadas, ou seja, a História ainda vem sendo contada pela classe dominante, detentora dos meios de produção capitalistas e intelectuais.

REFLETIR SOBRE A HISTÓRIA, UM EXERCÍCIO POSSÍVEL: AS NARRATIVAS COMO DESCONSTRUÇÃO DE PARADIGMAS

O percurso do ensino de história e sua vinculação às concepções de caráter alienante vêm sendo discutido até então sob uma ótica deste ser tido como um condutor para a propagação das concepções em que definem a classe dominante como os protagonistas de toda a história. Nesse sentido, pode-se notar que durante a trajetória historiográfica, conforme as características sociais e políticas de cada tempo, os personagens da burguesia como “heróis” dos principais fatos ocorridos ao longo dos anos. Conforme Oriá (1996) os livros didáticos são um dos principais meios de inserção do ideário de “heróis nacionais”, sendo estes geralmente brancos, desprezando dessa forma outras etnias como, índios e negros. Sendo que, quando aparecem nos livros didáticos, estes são tratados de forma pejorativa e preconceituosa.

Nessa circunstância, o ensino de história que teria o dever de promover autonomia intelectual nos sujeitos, torna-se vítima do paradoxo de um ensino que atua como um forte disseminador de concepções ideológicas, sendo este que define e elenca seus personagens

principais. Como prova disso, se pararmos para analisar os conteúdos ensinados nas escolas quanto à história, temos constantemente ligação a ideais europeus, por estes se encontrarem em posição de domínio, mesmo em um período de escolarização das classes populares. Bittencourt (2009, p.64):

[...] a História a ser ensinada, desde o primeiro ano escolar, aos trabalhadores livres que emergiam em substituição aos escravos deveria inculcar determinados valores para a preservação da ordem, da obediência à hierarquia, de modo que a Nação pudesse chegar ao progresso, modernizando-se segundo o modelo dos países europeus [...].

A autora discorre que no período de crescente escolarização das massas populares no período republicano e do direito de voto para os alfabetizados, as políticas voltadas a educação buscava esse feito, escolarizar para formar o cidadão cumpridor de direitos e deveres, obedientes e ativos para o progresso da nação.

Na medida em que temos a possibilidade de refletirmos sobre o que é construído nas escolas, vamos conseguindo problematizar certas questões. E ao fazermos indagações sobre os reais acontecimentos que nos antecederam, percebemos que existem por detrás dessas histórias inúmeras vozes que provavelmente nos nortearia a respeito destas questões, vozes essas, esquecidas no fluxo contínuo da vida por não possuírem poder, e conseqüentemente não terem tido a possibilidade de expressar o que viram, ouviram e constataram.

Incompatível a esses aspectos, as narrativas podem ser consideradas como uma forma de resgate de aspectos históricos e de possibilidade de recriação destes, tendo em vista que o processo histórico encontra-se em contínua reconstrução. Nesse sentido, essas narrativas surgem como um dos principais instrumentos de dar vozes aos sujeitos que passam despercebidos ao longo das décadas. Sabemos da importância da investigação narrativa, por esta se tratar essencialmente de mediação para uma provável reconstrução da história que conhecemos, por meio das histórias que foram silenciadas.

Um exemplo que pode ser citado em relação a essa resistência a classe dominante é O diário de Anne Frank, no qual a autora deste, expressa suas vivências e seu ponto de vista sobre o momento histórico em que ela vivia, a mesma, quando escreveu seu diário estava vivenciando no ano de 1942, período da ascensão nazista ao poder, neste momento histórico a Alemanha estava sob o governo do ditador Adolf Hitler e as ideologias disseminadas pelos mesmos era reproduzida por toda sociedade, a repugnância aos judeus era ensinada nas escolas e reproduzida no âmbito social. Anne faleceu, vítima no Holocausto em 1945, mas deixou uma das obras mais importantes do século XX. Além desse exemplo ainda há muitos outros que são resgatados para a análise do outro lado da história.

Tratando-se basicamente do âmbito educativo, as narrativas podem ser uma forte aliada ao educador que busca analisar por trás dos fatos que se encontram generalizados por meios didáticos, compreender elementos singulares dos sujeitos, além dos não elementos de ordem comum, a fim da quebra de paradigmas inseridos ao longo do tempo. Nesse sentido, (Cunha, 1997, p. 188) afirma que a “*própria formação, autodeterminando a sua trajetória. É claro que esta possibilidade requer algumas condições [...].*”

Provocar nos sujeitos mudanças na forma de pensar sobre si mesmos e dos outros são características das narrativas, sendo possível ouvir suas vozes no âmago de suas vivências e inclusive teorizar as suas experiências de vida como algo emancipatório e libertador, propulsionando uma nova forma de conceber a existência humana no contexto social.

O educador consciente é aquele que atenta para as questões que se encontram além dos livros didáticos, buscando promover a inquietação em seus alunos a fim de desvelar novos acontecimentos, problematizando novas questões, gerando novas respostas. Segundo Freire isso acontece quando o ser humano atenta-se para o quão pouco ele sabe de si, inquietando-se a buscar do saber mais, na qual “[...]se fazem problemas a eles mesmos. Indagam. Respondem e suas respostas os levam a novas perguntas (1978, p. 29)” sendo este um dos objetivos do ensino de história, o pensar crítico quanto aos diferentes aspectos.

As narrativas podem ser utilizadas em sala de aula como ferramenta para atentar quanto às vivências dos próprios alunos, sobre a visão destes e o que pensam sobre os fatos históricos, podendo a partir disto gerar ricas reflexões na tentativa de desmistificar verdades absolutas quanto aos acontecimentos passados, e até mesmo, se autoconhecer como sujeitos históricos na busca por novos conhecimentos por meio de uma análise crítica de si mesmo e dos aspectos sociais. Nesse sentido, (Cunha, 1997, p.188) enfatiza:

É preciso que o sujeito esteja disposto a analisar criticamente a si próprio, a separar olhares enfiados presentes na caminhada, a por em dúvida crenças e preconceitos, enfim, a desconstruir seu processo histórico para melhor poder compreendê-lo.

A autora é incisiva ao afirmar que as narrativas como instrumento de desconstrução de paradigmas seja compreendida e praticada, sendo necessário que sejam tomadas algumas atitudes por parte dos sujeitos, como: autoanálise crítica, não deixar-se influenciar pelos valores e crenças que seguem e duvidar destas, buscando desconstruir o seu processo histórico para entendê-lo.

Para que haja esse processo de desmistificação como tentativa de quebra de paradigmas, torna-se necessário que se possua uma consciência histórica de saber que os

acontecimentos do passado e presente, vão além do fluxo contínuo, que estes podem ser modificados, por nós, sujeitos da própria história. Dessa maneira, discutir o ensino de história atualmente requer pensar nos indivíduos cidadãos que vivem numa sociedade marcada por desigualdades, na qual o ensino desta disciplina deve priorizar a pluralidade dos sujeitos, independentemente da sua posição social, a fim de se formar sujeitos históricos e agentes das transformações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história contada nos livros didáticos traz a versão que a classe dominante tem dos fatos, estes vêm sendo perpassados ao longo do tempo como verdades absolutas. A ideologia da classe dominante está bem presente na escola, que atualmente se configura como o principal aparelho ideológico do estado, devido seu poder de alienar facilmente os sujeitos, na qual um dos principais meios encontra-se inseridos no processo de ensino-aprendizagem.

Logo, o educador além de mediador do conhecimento exerce grande influência na formação de opiniões, tendo em vista que ele é tido como exemplo, desse modo o professor deve atentar para o fato de que o Ensino de História não deve se dar somente com as questões que se encontram nos livros, este deve estar consciente de que deve buscar promover em seus alunos inquietações, problematizando e discutindo com eles o que está exposto no material didático, fazendo com que estes percebam que nem tudo que está descrito ali são verdades absolutas, haja vista que apenas uma versão das histórias são enfatizadas, a de um grupo disseminador. Sabendo disso, o ensino deve ser direcionando aos alunos de modo reflexivo, permitindo que os mesmos expressem suas opiniões, compreendam o real sentido de estudar história e a contribuição desta para suas vidas.

Salientamos desse modo, a importância do trabalho com narrativas no ensino desta disciplina, haja vista que estas são um instrumento que possibilita dar oportunidade e voz a aqueles que passam despercebidos ao longo do tempo, aqueles que pelo fato de não possuírem poder, permanecem silenciados, contudo por meio das narrativas eles podem expressar o que viram, ouviram e constataram. Além disso, o educador pode utilizá-las como um mecanismo para desenvolver a criticidade dos alunos promovendo debates em relação aos fatos históricos escritos nos livros didáticos e a versão desses fatos relatados oralmente, desconstruindo paradigmas de alienação.

Sabemos que nem sempre promover um debate problematizante é tarefa fácil, mas instigar os alunos a refletir por meio destas é algo possível e imprescindível que o educador deve fazer em sua ação metodológica, e caso contrário, ele será apenas mais uma repassar os valores e concepções de uma ideologia alienante que se perpetua ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado** (AEI/ Louis Althusser; tradução de Walter José evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: introdução crítica de José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. 41ª Reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2002(Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia**-Brasília: MEC/SEF,1997.

CÉSAR, Guillermo Rojas de Cerqueira. O Conceito de ideologia e a ideologia do direito em Althusser. RCD- **Revista Crítica do Direito** - ISSN 2236-5141 - *Qualis B1, vol 47*. Disponível em: <<http://www.criticadodireito.com.br/todas-as-edicoes/numero-2---volume-47/o-conceito-de-ideologia-e-a-ideologia-do-direito-em-althusser>> acesso em julho de 2014.

CUNHA, Maria Isabel da. **Conta-me agora! As narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino**. R. Fac. Educ, São Paulo, v.23, n.1/2, p.185-195, jan./dez. 1997.

ENGELS, Friederich e MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 1932.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Ensino de História e Diversidade Cultural: desafios e possibilidades**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> acesso em julho de 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 5ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

GLEZER, Raquel. **Coleção documentos: série estudos sobre o tempo**. LPH – Revista de História, v.2, n.1, 1991.

MARX, Karl Heinrich; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Ed. RidendoCastigat Mores, Versão para eBoock: 1999.

ORÍÁ, R. **O negro na historiografia didática: imagens, identidades e representações**. Textos de História, Brasília, DF, v. 4, n. 2 , 1996.